

## VIVA O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Neste ano comemoram-se 30 anos de vida do Serviço Nacional de Saúde, 30 anos de resistência às mãos dos seus adversários, governos do PSD e também de alguns do PS. Muitos se interrogam sobre as razões de tão longa sobrevivência do serviço público de saúde que apesar dos entorses, mutilações, encerramentos e privatizações continua a responder às necessidades das populações ainda que com insuficiências e muitas razões de queixa dos doentes e dos utentes.

O SNS nasceu em 1979 num contexto político claramente influenciado pela revolução de Abril que transformou as "Caixas", os dispensários materno infantis e os hospitais das misericórdias num serviço integrado, global e para todos.

É aqui que reside um dos grandes méritos do SNS, a acessibilidade aos cuidados de saúde e de doença para todos independentemente das condições sociais e económicas de cada um e na altura em que são precisos.

Por isso, comemorar os 30 anos do SNS não pode ser um acto de saudade mas um grito de revolta e de luta pela reforma em progresso dos serviços públicos de saúde. É preciso avisar a malta. Os que deliberadamente criam dificuldades de acesso aos serviços públicos são os mesmos que promovem ou facilitam a abertura de hospitais privados na cidade. Não raras as vezes, administradores de serviços públicos transferem-se directamente para os serviços privados que só irão sobreviver se for à sombra do financiamento público.

A defesa do SNS público, universal e gratuito não perdeu oportunidade. Não faltam fundamentos técnicos, científicos, humanistas e também da luta popular que nos anima a continuar, a avançar por uma maior equidade na saúde e a uma maior justiça

social. Uma promessa nunca cumprida do SNS foi a garantia da participação das populações na administração dos serviços de saúde. As comissões de saúde consultivas ou meramente informativas nunca foram titulares do poder efectivo. A proposta de entrada de representantes das actuais autarquias administrativas e urbanas na gestão dos serviços de saúde não altera significativamente a situação.

Continuamos longe da autarquia da saúde e da lei do financiamento local dos serviços de saúde, única forma de afirmar a saúde como elemento valioso na construção da sociedade do futuro, mais justa e mais humana.

Extracto de art.º de Silva Santos,  
Prof. de Saúde Pública  
e membro da DORL do PCP,  
Publicado no Jornal da Voz do Operário



## COMO O DINHEIRINHO PARA A SAÚDE VAI PARAR AO BOLSO DOS PRIVADOS

Sempre com o objectivo inconfesso de retirar ao Estado para dar de mão beijada ao sector privado, o anterior governo do PS é acusado pelo insuspeito Tribunal de Contas (não esquecer que o ilustre presidente deste Tribunal é o ex-ministro do PS, Dr. Oliveira Martins) de, só no Hospital Curry Cabral (HCC), ter esbanjado mais de 6 milhões de Euros do erário público numa negociata com a Cruz Vermelha (HCVP).

De acordo com o relatório da Auditoria do Tribunal de Contas, mais de 80% das cirurgias que foram encaminhadas para aquele hospital privado e semi-falido, por falta de clientes próprios, poderiam ter sido realizadas no Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente em serviços cirúrgicos claramente subutilizados dos Hospitais de Santa Marta, Santa Maria e Santa Cruz.

Vejamos o que nos diz o referido relatório nas suas conclusões a páginas 7 e seguintes:

“O HCC referenciou para o HCVP, em 2007, 325 doentes com necessidade de intervenções cirúrgicas cardiotorácicas, dos quais 82% eram cirurgias programadas e em 2008, referenciou 292 doentes, dos quais 86 % eram igualmente cirurgias programadas. Não obstante, de acordo com informações prestadas pelos Hospitais de Santa Maria, Santa Marta e Santa Cruz, estes hospitais dispunham de capacidade de produção instalada para a realização de parte substancial de cirurgias cardiotorácicas referenciadas (urgentes e programadas) pelo HCC para o HCVP, dada a capacidade de produção destes hospitais do SNS se encontrar declaradamente subutilizada”. E continua “AARSLVT pagou ao HCVP, no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado entre estas entidades, e no que respeita a cirurgia cardiotorácica, o montante de €3.635.333,93, no ano de 2007, e € 2.408.625,54, nos primeiros 10 meses de 2008”.

Até aqui tudo bem (ou tudo mal...). O actual governo já nem esconde a sua orientação neoliberal ainda querida mas já moribunda. O que é mais difícil de compreender é como ainda há tantos contribuintes, isto é tantos trabalhadores, que continuam a apoiar quem tão descaradamente lhes vai à carteira para dar “aos ricos”

**É tempo de dizer basta a esta política.**

## PRECÁRIOS DA SAÚDE - POSSIBILIDADE DE MILHARES DE DESPEDIMENTOS

Milhares de trabalhadores da Saúde em situação de precariedade há vários anos, correm o risco de despedimento se o governo não cumprir a promessa feita no anterior mandato.

O Secretário de Estado da Administração Pública, numa clara promessa eleitoralista, comprometeu-se a abrir concursos no Ministério da Saúde para resolver a situação, não de todos, mas de alguns trabalhadores precários da saúde. No entanto, nem depois de uma concentração de Delegados e Dirigentes sindicais do Sindicato dos T.F.P.S.S. realizada à porta da residência oficial do 1º Ministro para “recordar a promessa”, houve qualquer sinal por parte do governo, no sentido da resolução do problema.

O acordo Colectivo de Carreiras Gerais da Administração Pública, assinado pelo Governo e Sindicatos da UGT, não serve os interesses dos trabalhadores. A jornada contínua consagrada na legislação anterior é retirada aos trabalhadores em negociatas entre Governo e sindicatos da UGT. Abrindo as portas à desregulamentação dos horários de trabalho, com o pretexto da adaptabilidade, permite-se alargar os horários para as 45h semanais sem o devido pagamento pelo trabalho extraordinário e sem qualquer respeito pela vida familiar dos trabalhadores.

## SÃO TUDO BOAS RAZÕES PARA INTENSIFICAR A NOSSA LUTA.



## EXTINÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIÇOS GERAIS DA SAÚDE

Na sequência da aplicação da lei dos vínculos, carreiras e remunerações da Administração Pública, as carreiras dos trabalhadores dos Serviços Gerais da Saúde são extintas. Fruto de grandes lutas, estas carreiras específicas, com funções bem definidas e com elevado grau de exigência funcional, contribuíram para a melhoria da prestação e humanização dos cuidados de saúde no nosso País. Como tal, deveriam ser acarinhadas, mas isso não se verificou, tendo sido apanhadas na onda destruidora do anterior governo. A sua extinção traz grandes prejuízos para os utentes, empobrece o Serviço Nacional de Saúde e frustra as expectativas criadas a estes trabalhadores por uma carreira digna.

## EM RISCO O ACT PARA OS HOSPITAIS EPE

O acordo colectivo de trabalho (ACT), que estava a ser negociado com o Governo para os trabalhadores em Contrato Individual de Trabalho (CIT) nos hospitais EPE, arrastase há já alguns anos. Quando se encontrava na fase final da sua discussão, obtidos compromissos respeitantes a matérias importantes e com possibilidade de acordo, o negociador da parte do governo demitiu-se em 2008, não tendo sido até à data dada qualquer resolução deste problema e conclusão do processo. Este impasse só foi recentemente desbloqueado graças à luta dos trabalhadores conduzida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública Sul e Açores, que obrigou as administrações das EPEs a marcarem uma reunião.

Esperamos que o processo negocial seja reiniciado.

Estes profissionais desempenham funções de carácter permanente e, como tal, têm de ser integrados nos serviços onde exercem as suas funções com um vínculo estável e permanente.

## "TAXAS MODERADORAS"

"O governo propõe-se abolir 2 das 282 taxas moderadoras que oneram o Serviço Nacional de Saúde, mantendo os restantes 280 emolumentos que tiram do bolso dos portugueses 70 milhões de euros por ano acima dos impostos e de outros tributos. Este gesto de boa vontade de um governo minoritário representa a abolição de 0,7 por cento do número de taxas moderadoras e de 2,7 por cento do valor total que sobretaxa o direito à saúde. A abolição das duas taxas moderadoras é uma esquirola de 0,7 por cento de boa vontade. Mas para efeitos de propaganda e de argumentação parlamentar é quanto basta". (João Paulo Guerra, *Cosmética*, *Diário Económico*, 2009-11-10).

Sobre este problema a **posição do PCP é a revogação de todas as taxas moderadoras**. Nesse sentido, e numa primeira fase, o PCP apresentou um projecto destinado à eliminação de taxas sobre actos clínicos, exames de diagnóstico e terapêutica decididas por critérios técnicos dos médicos.

A discussão deste projecto e os de outras forças políticas tinham sido agendados para 20 de Novembro em conferência de líderes parlamentares. Três dias depois o governo decidiu a abolição das tais duas taxas, numa manobra de antecipação, desrespeitando o calendário da Assembleia da Republica tentando assim evitar soluções mais amplas no sentido de aliviar as despesas com a Saúde pagas pelos cidadãos.

Vai ser este, tudo indica, o novo estilo furtivo do governo minoritário do PS.



# O SILENCIAMENTO DO PCP e DAS SUAS INICIATIVAS

É um verdadeiro escândalo a permanente desvalorização ou mesmo o silenciamento das iniciativas do PCP que a generalidade dos órgãos de comunicação social vem praticando ao longo dos anos, ao mesmo tempo que não poupa esforços para dar visibilidade a iniciativas de outras forças políticas, tantas vezes copiadas.

As dificuldades em furar esta “censura” levam-nos à divulgação nesta Folha Informativa de algumas das importantes propostas do seu grupo parlamentar.

Logo na abertura desta legislatura, fiel às suas promessas eleitorais, o PCP apresentou no Parlamento 9 iniciativas, dirigindo-se 4 delas à alteração dos aspectos mais gravosos do **Código de Trabalho**.

Lembramos que a primeira versão, fortemente contestada pelos trabalhadores (com uma Greve Geral) e pela bancada do PS então na oposição, viria a ser agravado pelo mesmo PS no seu anterior governo de maioria absoluta.

O PCP pretende a reposição do **“Princípio do Tratamento mais Favorável ao Trabalhador”** que constitui um importante travão ao retrocesso dos direitos adquiridos; a revogação da caducidade automática das **convenções colectivas de trabalho**; a redução das possibilidades de recurso ao **trabalho precário**; e a eliminação da possibilidade de alargamento do **horário de trabalho**.

No plano Social trata-se de alargar as possibilidades de acesso ao **subsídio de desemprego** (em pequena parte já conseguido) visto que mais de metade dos desempregados não têm acesso a esse subsídio.

No mesmo sentido vai o Projecto/Lei que altera as condições de actualização das reformas e pensões cuja fórmula actual, se aplicada, levaria até à sua redução no caso do crescimento do PIB inferior a 2% e da inflação negativa que se prevê para o corrente ano.

Também no caso da avaliação dos professores que perturbou todo o sistema de ensino, impedindo-o de sair da cauda da Europa, o PCP apresentou o seu Projecto/Lei com vista à suspensão do actual processo, apostando num modelo que reúna o consenso das partes em conflito para bem do ensino em Portugal.

Na Função Pública o PCP reivindica o direito ao vínculo público do emprego para todos os trabalhadores que respondem a necessidades permanentes.

No plano da justiça apresentou um Projecto/Lei sobre o enriquecimento ilícito cuja origem reside nas mais variadas formas de corrupção e fuga ao fisco que o actual quadro jurídico/penal facilita, como tem vindo a ser comprovado pelos antigos e recentes casos, tipo “Face Oculta” (que é só um exemplo).

Curiosamente nesta matéria da exclusiva responsabilidade legislativa dos três do costume, PS, PSD e CDS, assiste-se mais uma vez, com a preciosa ajuda dos escribas da comunicação social, à **diabolização da justiça** tanto na vertente da investigação criminal (policias) como na dos tribunais (magistrados do ministério público e juizes).

São apenas alguns exemplos de que o PCP responsável e fundamentadamente, sem demagogias, cumpre o que promete, provando que **os partidos não são “todos iguais”**.

JUNTA-TE A NÓS! LUTA E RESISTE COM O PCP

Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP

preencha as seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo

NOME \_\_\_\_\_

MORADA \_\_\_\_\_

CÓDIGO POSTAL \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Reservar e enviar para:  
PCP - Au Liberdade, 170  
1250-146 Lisboa

www.pcp.pt  
sector.saude@ccr.pcp.pt

